

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 07/2026/SMCET/FMC

SELEÇÃO PARA FINANCIAMENTO DE PROJETOS CULTURAIS

“GUAXUPÉ 114 ANOS E GUAXUPÉ CAFÉ FESTIVAL 2026”

FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA

JULGAMENTO DE RECURSO

Número de Inscrição: 035/2026

Interessado: Lucineia dos Santos Vieira Escarassati

Nome do Projeto: Cê é fii de quem?

Objeto do Recurso: Recurso administrativo – Recurso administrativo contra resultado da Etapa de Seleção – Edital de Fomento 07/2026

I. Relatório

A proponente, responsável pelo projeto “Cê é fii de quem?”, interpôs recurso contra o resultado preliminar da Etapa de Seleção/Habilitação do Edital nº 07/2026/SMCET/FMC, requerendo a reavaliação das pontuações atribuídas aos Critérios 1 (Capacidade Técnica), 2 (Concepção Artística, Originalidade e Impacto Social) e 3 (Viabilidade Técnica e Gestão Financeira).

Em síntese, sustenta que sua trajetória profissional e acadêmica, aliada à execução prévia de projeto aprovado pela mesma Secretaria, comprovaria capacidade técnica plena, pleiteando pontuação máxima. No que se refere ao Critério 2, defende que a proposta apresenta inovação relevante, especialmente pela abordagem narrativa centrada em fonte primária e pelo caráter de reparação histórica. Quanto ao Critério 3, argumenta que o orçamento enxuto decorre do princípio da economicidade, com utilização de estrutura própria e parcerias, o que garantiria eficiência e justificaria a pontuação integral. Ao final, requer a revisão global da avaliação, com atribuição da pontuação máxima.

II. Fundamentação

A Comissão de Seleção e Monitoramento procedeu à reanálise do recurso, à luz dos critérios estabelecidos no edital e dos princípios da Administração Pública, notadamente a vinculação ao instrumento convocatório, a isonomia e a motivação.

1. Do Critério 1 – Capacidade Técnica

A trajetória da proponente, incluindo sua atuação no jornalismo documental, formação acadêmica e experiência prévia com projeto aprovado no âmbito desta Secretaria, foi devidamente considerada na análise inicial.

Entretanto, a pontuação atribuída não decorre da simples existência de experiência ou formação, mas do grau de aderência, profundidade e comprovação objetiva da capacidade técnica em relação à complexidade da proposta apresentada.

A alegação de que aprovação anterior configuraria “prequalificação” não procede. Cada edital constitui procedimento autônomo, com critérios próprios, não havendo vinculação automática entre avaliações pretéritas e a presente seleção.

Ademais, a existência de equipe técnica qualificada, incluindo parceiro externo, foi considerada positivamente, porém não é suficiente, por si só, para justificar a atribuição de pontuação máxima, a qual demanda demonstração inequívoca de excelência técnica no conjunto dos elementos apresentados.

2. Do Critério 2 – Concepção Artística, Originalidade e Impacto Social

A proposta apresenta mérito e relevância temática, especialmente ao abordar memória social e questões relacionadas à identidade e à historicidade local.

Contudo, a avaliação da originalidade não se limita à intenção narrativa ou ao valor simbólico da proposta, mas considera o grau de inovação efetivamente demonstrado em relação a abordagens já consolidadas no campo audiovisual e documental.

A utilização de fontes primárias, a humanização de personagens e o enfoque em narrativas sociais sensíveis são práticas reconhecidas e amplamente difundidas no gênero documental, não configurando, no caso concreto, inovação suficiente para pontuação máxima.

Os argumentos recursais reforçam a relevância do projeto, mas não afastam a conclusão técnica de que a originalidade se apresenta em nível intermediário, devidamente refletido na pontuação atribuída.

Quanto ao alcance e democratização, a existência de canais de divulgação e base de seguidores foi considerada, porém projeções de público não constituem, isoladamente, garantia de impacto efetivo, sendo avaliadas em conjunto com outros elementos do projeto.

3. Do Critério 3 – Viabilidade Técnica e Gestão Financeira

No que tange ao orçamento, a Comissão reconhece a proposta de execução com recursos reduzidos e a intenção de otimização financeira.

Todavia, a simplicidade orçamentária não afasta a necessidade de detalhamento suficiente das despesas e da clara demonstração da compatibilidade entre custos, etapas de execução e responsabilidades atribuídas.

A concentração de funções na figura da proponente, embora possível, exige justificativa robusta e detalhada quanto à distribuição dos recursos, de modo a evidenciar proporcionalidade e clareza na aplicação do recurso público.

No caso analisado, a Comissão identificou fragilidades nesse detalhamento, especialmente na explicitação dos custos e na correlação entre atividades e valores, o que justifica a não atribuição da pontuação máxima.

A invocação do princípio da economicidade, por si só, não supre a necessidade de transparência e precisão na estrutura orçamentária, elementos indispensáveis para a adequada avaliação técnica.

III. Conclusão

Diante do exposto, verifica-se que os argumentos apresentados no recurso não demonstram erro material, ilegalidade ou descumprimento dos critérios previstos no edital, limitando-se a reforçar aspectos já considerados na avaliação inicial.

A reanálise confirma que as pontuações atribuídas aos Critérios 1, 2 e 3 refletem adequadamente o nível de atendimento aos parâmetros qualitativos estabelecidos, não havendo fundamento para sua revisão aos patamares máximos pretendidos.

Assim, a Comissão de Seleção e Monitoramento decide pelo INDEFERIMENTO do recurso administrativo, mantendo-se inalterado o resultado preliminar da Etapa de Seleção do Edital nº 07/2026/SMCET/FMC.